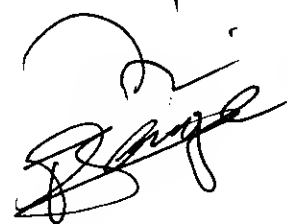


ACTA  
da  
Reunião de negociação com a  
Associação Sindical dos Trabalhadores dos Serviços Prisionais



Aos 27 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 17h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça, em representação da Associação Sindical dos Trabalhadores dos Serviços Prisionais (ASTSP), os respectivos Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ), Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça e adjuntas dos respectivos Gabinetes, a fim de se proceder a reunião de negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 com particular relevância em matéria remuneratória, em especial os artigos 17.º, 18.º, 19.º, 31.º e 32.º.

O Senhor SEJMJ questionou da possibilidade de se encerrar a negociação do projecto de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, cuja apresentação e discussão foi iniciada na reunião de 15 de Outubro de 2010, atendendo a que foi entretanto prevista na nova versão a adopção de medidas de salvaguarda das preocupações que haviam sido apontadas. Tais medidas visam assegurar que a transferência de responsabilidades quanto à prestação de cuidados médicos ocorra sem interrupção, no quadro do sistema de benefícios da ADSE.

Destacou ainda a importância de se criar um observatório da transição enquanto forma organizada de detecção e comunicação de problemas à ADSE, processo que o Ministério da Justiça está a concertar com todas as entidades representativas dos funcionários do Ministério a fim de minimizar o risco de transição trepidante.

A ASTSP manifestou a sua preocupação sobretudo quanto aos associados reformados e doentes crónicos e transmitirá aos seus associados a importância da criação deste canal de comunicação para o caso de ser necessário reportar irregularidades.

O Senhor SEJMJ sublinhou que os efeitos nefastos temidos serão evitados pela legislação que enquadrará a fusão da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais com a Direcção-Geral da Reinserção Social, estando a mesma a ser preparada de forma cuidadosa.

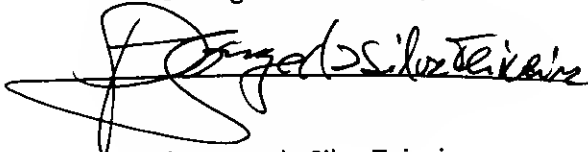
Dada por encerrada a negociação do projecto de diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, o Senhor SEJMJ solicitou o envio de contributos para a criação da estrutura de monitorização.

Procedeu-se de seguida à discussão das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 com particular relevância em matéria remuneratória, iniciada na reunião de 15 de Outubro de 2010, sendo a ASTSP contrária à redução remuneratória tal como vem proposta no articulado do Orçamento do Estado, que penaliza sobretudo os funcionários públicos.

O Senhor SEJMJ registou a discordância e deu por concluída a reunião, reafirmando o compromisso de se promover a discussão dos problemas que afectam os trabalhadores dos serviços prisionais e das questões apresentadas em mesas próprias a constituir, até porque em contexto de fusão da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais com a Direcção-Geral da Reinserção Social haverá uma oportunidade para os solucionar.

Em 27 de Outubro de 2010,

**Pela Associação Sindical dos  
Trabalhadores dos Serviços Prisionais,  
O Dirigente Nacional,**



Paulo Jorge da Silva Teixeira

**Pelo Ministério da Justiça,  
O Secretário de Estado da Justiça e da  
Modernização Judiciária,**



José Magalhães